



## Comprender para combater. Uma abordagem teórica sobre os problemas sociais nas grandes cidades brasileiras

Pierfranco Malizia

### Índice

1. Redefinir os problemas sociais; 2. Problemas, desvios, normas; 3. A produção social da realidade; 4. Uma hipótese de trabalho; Referências bibliográficas

### Palavras chave

*Sociedade contemporânea, problemas sociais, construção social da realidade, desvio*

### 1. Redefinir os problemas sociais

**E**timologicamente falando, «problema» indica uma «dificuldade», um «obstáculo» e, nas ciências filosóficas, o termo designa uma espécie de paragem do pensamento perante algo que impede naquele momento o prosseguimento do mesmo pensamento conforme a perspectiva inicial; portanto, com a atribuição do complemento «social», podemos definir em primeira abordagem os problemas sociais como algo que impede, que leva a permanecer num «normal» andamento da vida social<sup>1</sup>.

É na reflexão sociológica, a partir dos anos Setenta (em diante), no âmbito mais geral do chamado «social constructionism» (Pawlunch, 1996), que os problemas sociais são analisados mais em termos (Shilts, 1978) de «processo» do que de «condição» e, por consequência, com uma progressiva mudança do discurso acerca de como e porque a sociedade em primeiro lugar define uma situação ou, melhor, estigmatiza-a (Goffman, 1970) e, finalmente vive-a (e deixa-as viver, referindo-nos às «arenas») em termos de significação e de vivência sócio-cultural; ainda Goffman acrescenta que a possibilidade real de existência das situações será diretamente proporcional ao «poder das pessoas que elaboram a definição de impor a sua própria definição aos outros; a estigmatização é um processo que um grupo de pessoas impõe a outro grupo» (Berger-Berger, 1995: 348).

---

<sup>1</sup> Comunicação, *Problemas sociais na sociedade contemporânea*, na palestra Unisinos, Porto Alegre (Brasil), agosto de 2011.



Podemos definir agora os problemas sociais a) como o que aparece indesejável e/ou injusto e/ou perigoso e/ou ameaçador de algumas instituições que compõem a sociedade e que então devem requerer uma atenção particular e formas de intervenção, b) ou também como «o que, pelo menos tal como aparece, anda a perturbar de fato uma ordem não só social mas também cultural, percebida como tendencialmente morfoestática e que poderia porém causar ‘danos de sistema’ duma certa complexidade», uma mistura, portanto, nem sempre fácil de interpretar de «condições objetivas e subjetivas».

Saffirio salienta como podem subsistir (mesmo contemporaneamente) problemas sociais que «imediatamente», enquanto existentes como «um consenso completo sobre certos valores sociais e relativos modelos e normas de comportamento» (Saffirio, 1967: 270), se evidenciam e assim compreendidos (e é por isso que as arenas têm principalmente a função de avaliação e não de identificação ou construção) e outros que não aparecem imediatamente como tal, mas que se tornam mesmo na medida em que as próprias arenas os definem.

Será oportuno, neste ponto, redefinir uma hipótese classificatória dos problemas sociais: tendo em conta as teorias de Shilts (1978: 455-457) podemos distinguir os referidos problemas em:

a) problemas de «patologia social», como alcoolismo, droga, pedofilia, formas organizadas de violência;

b) problemas de «desorganização social», como epidemias, pobreza, marginalização, analfabetismo;

c) problemas de «disfunção social», como corrupção, criminalidade, prostituição, racismo, etc.

Esta hipótese de classificação (como de fato a maioria das classificações) é na realidade muito «relativa» no sentido em que, conforme o critério base classificatório assumido, os problemas sociais poderiam ser alocados de maneiras diferentes.

Uma última consideração sempre acerca da lógica classificatória: na medida em que se multiplicaram as reflexões acerca da complexidade social e de algumas fenomenologias variegadas, mas todas relevantes, que se ligam de fato e/ou de direito à área dos problemas sociais como:

- a violência urbana em geral,
- o uso do álcool por menores,
- o desaparecimento de crianças,
- o analfabetismo/alfabetização de camadas da população.

Estas situações, tendo em conta prioritariamente as causas prováveis, tornam-se às vezes dificilmente catalogáveis de maneira incontrovertível nas tipologias acima descritas (e mesmo supondo que «se deva» catalogar sempre).



## 2. Problemas, desvio, normas

Como precedentemente mencionado, por muito tempo o conceito de problema social foi quase sinônimo de desvio como se este termo tivesse uma única acepção; na realidade, são diferentes os significados atribuídos a este termo/comportamento muitas vezes «abusado». Pich identifica quatro acepções de «desvio» (Pich, 1975, cap.I):

1. um comportamento fora dum conceptual «comportamento médio padrão»;
2. um comportamento que viola as normas do sistema;
3. um comportamento contrário às expectativas do próprio sistema;
4. um comportamento ao qual se atribui/se confere um valor, um *account* neste sentido.

As interpretações do desvio de Merton (2000) estão em linha com as três primeiras acepções, ou seja:

- comportamento desviante, «aberrante», o comportamento não tanto dirigido à «negação» da regra, quanto uma pura violação «em si»;

- comportamento desviante «não conformista» dirigido à mudança das normas e à interpretação de Parsons (1965) que faz uma distinção entre o desvio «ativo» e «passivo» (o primeiro como «manifestação de vontade» do ator social, o segundo como comportamento sob constrição); pelo contrário Becker move-se, com os seus «outsiders», nos territórios da terceira e quarta acepção identificados pela Pitch, quer dizer como são «os outros», em particular os «outros/atores sociais» detentores do poder que atribuem o valor de «desviantes» a determinados comportamentos que não concordam com as suas expectativas (Becker, 1987).

Nas especificidades organizacionais, o desvio pode assumir uma dúlice forma de positividade ou de negatividade:

- de positividade, que se pode caracterizar apenas nos contextos sociais «abertos», «elásticos» onde é considerado como fator (também «gratificante») de pesquisa inovadora, de capacidade criadora.

- de negatividade, valor atribuído tipicamente nos sistemas «fechados», «anelásticos» que, pelo contrário, é vivida em termos de «atentado» ao sistema; depois devemos de qualquer forma considerar que a importância do desvio se complica ulteriormente pela dupla configuração das normas, singularmente ou juntas, em referência às quais pode configurar-se ou ser atribuída a avaliação de desvio aos comportamentos dos atores sociais.

## 3. A produção social da realidade

Como acima mencionado, os problemas tornam-se «sociais» quando são (re)conhecidos como tal; por outras palavras portanto, é só no momento em que se substanciam como verdadeiros e reais «objetos» culturais que «existem» embora, pelo



menos de acordo com uma abordagem puramente quantitativa, já desde o seu «nascimento» se refiram a uma realidade não indiferente. Vamos examinar em seguida alguns «percursos» de produção cultural dos problemas sociais; em primeira instância, é possível traçar uma hipótese geral que pode ser descrita como um processo feito de «imagem-necessidades/expectativas-instituições»:

a) a imagem, uma das componentes-constituintes elementares da sociedade, é aquele «quid» pelo qual o indivíduo conhece a realidade e a comunica a «alter», representando esta a experiência quotidiana da própria realidade: «mas como é que se forma a imagem? Que papel desempenha nela a experiência e que papel desempenha o significado? Se é verdade que conhecemos através das imagens, também é verdade que nelas a experiência é apoiada por um pré-conhecimento que provem dos valores do contexto social de que fazemos parte... a civilização da imagem, que substituiu a imagem produto da experiência com a imagem mediata, deu-nos uma maior quantidade de informações, não conhecimento... apropriamo-nos da realidade através duma enorme multiplicação de imagens falsificadas: para elas vivemos, sofremos, e nelas acreditamos. Mas a nossa vida move-se progressivamente num plano de meta-experiência, de experiência confeccionada e contrafeita. Cada vez mais no plano do conhecimento o homem já não é produtor mas produto» (Mongardini, 1995: 398-400);

b) É muito provável que a compreensão da ação social se realize mesmo através da análise da expectativa, fenómeno muitas vezes «objetivo» para o «sujeito», mas muito «subjetivo» na realidade.

Como acima se mencionou (Mongardini, 1995: 101 e ss.), o comportamento social é governado pela tensão que se constrói em relação a eventos esperados com mais probabilidade do que outros, ou cuja realização já foi repetida várias vezes. Mas como se constitui uma expectativa (ou um sistema de «expectativa»)?

A construção acontece através duma espécie de «microprocessos» compostos por:

- uma série de pré-condições (informações, «imagens», etc.) de base;
- o «projeto» (ou prefiguração) que o ator social configura;
- a «interação estratégica», constituída, na prática, por sub-expectativas.

Como características estruturais, a expectativa fornece ao ator social a «tensão» para agir para um determinado fim.

Finalmente devemos considerar como a mesma expectativa pode ser (ou tornar-se) causa de efeitos «não desejados», ou de efeitos «atípicos» da ação social como, por exemplo, «a profecia que se cumpre por si própria».

Que as expectativas (ou melhor, o «horizonte de expectativas») são um fator constitutivo fundamental para a construção da realidade e para a ação social, foi também reafirmado pela Griswold (1997: 118-120) que, desenvolvendo em termos sociológicos anteriores formulações neste sentido da teoria estética, confere uma grande importância ao horizonte de expectativas na atribuição de significado aos acontecimentos e às situações, «de particular interesse para o sociólogo é a virtude adicional que este modelo tem de oferecer ricas possibilidades de comparação». Consideremos o que à primeira vista parece ser não um objeto cultural, mas um evento factual dramático: a morte duma criança: «nos Estados Unidos um evento deste tipo é considerado absolutamente



trágico, um acidente horrível, uma intrusão de caos na previsibilidade das nossas vidas. A insignificância duma morte deste gênero pode tornar-se significativa – e tornar-se num objeto cultural – pondo-a no nosso horizonte de expectativas em relação às crianças: estas têm um valor individual, são amadas e raramente morrem. A morte duma criança é portanto uma anomalia horrível, que anula cada expectativa consolidada.

Num slum *brasileiro*, por outro lado, a morte duma criança tem um significado completamente diferente: os pais que vivem nos miseráveis aglomerados urbanos na periferia duma cidade do Nordeste do Brasil colocam a morte duma criança num horizonte de expectativas definido pela extrema pobreza, violência, impotência e pela normalidade do evento da morte das crianças antes que elas comecem a viver. Considerando este horizonte, estas mães (e às vezes também os pais, embora os homens sejam geralmente ausentes) reagem à morte duma criança com fatalismo e uma quase total ausência de emoção. Estes pais brasileiros consideram os filhos e os rapazes como seres humanos potenciais não reais. Para indivíduos com um horizonte deste gênero, a morte duma criança não significa «um dos nossos filhos morreu», mas «uma criatura não destinada a viver – que não tinha a ‘habilidade de viver’, dizem os brasileiros – foi-se embora. Era um anjo, não um ser humano, e voltou para o céu. A atenção prestada às diferentes interpretações que as pessoas constroem dum mesmo objeto cultural pode relevar a presença de questões sociais fortemente radicais» (Griswold, 1997: 119).

Além das expectativas, as «necessidades»: «a teoria das necessidades é uma das possíveis interpretações da sociedade [e, do nosso ponto de vista, do subsistema social «organização»]. Deste ponto de vista a sociedade apresenta-se como uma estrutura de resposta às necessidades (articulada portanto em instituições) posta em prática por indivíduos que, mesmo em função destes, adotam um comportamento específico e repetido num espaço estruturado real, [...] a necessidade manifesta-se como uma sensação de falta que é simultaneamente estímulo para a pesquisa de meios considerados idôneos ou úteis para a própria satisfação. Mas a necessidade não é elemento patológico da vida; tem pelo contrário uma natureza fisiológica: as necessidades são coextensivas à vida e viver significa sentir necessidades. Todo o comportamento está portanto ligado (mas não no sentido determinístico) pela pesquisa de meios para a satisfação das necessidades e a vida aparece como um intercâmbio entre um mundo interno ao indivíduo em que se multiplicam os estímulos e um mundo externo que representa a constrição e a restrição» (Mongardini, 1995: 491).

Nestas circunstâncias, quais são as lógicas, os mecanismos, os atores da produção sócio-cultural da realidade?

Pode-se supor um modelo explicativo (mesmo «de grelha larga») de como hoje, numa situação caracterizada por fenomenologias «incertas» (Bauman, 1998), alguns «objetos» culturais façam «carreira» e, de «funcionais» ou simplesmente «situacionais», se tornem «culturais» nas próprias esferas de referência ou, até, numa geral «concepção do mundo».

Consenso especial parece receber o chamado «modelo de Hirsch» (Griswold, 1997: 102-108; Sciolla, 2002: 216-217).

Este modelo constitui uma hipótese cada vez mais interessante e rico de conteúdos e implicações (explícitas, mas também implícitas) acerca de como hoje funciona o



mecanismo de produção da cultura, da socialidade consideradas como dois aspectos duma única realidade, um conjunto sistêmico indiferenciado mas diferenciável por uma espécie de «artifício metodológico» (Archer, 1997), que se produz coletivamente (e reproduz-se) através da interação que depois, através da «linguagem» que «liga diferentes zonas no interior da realidade da vida quotidiana, as integra num todo significativo» (Berger-Luckmann, 1969: 63).

Hirsch constrói um processo composto por quatro elementos constitutivos (os «criadores», as «organizações», os «mídia», o «público»), três estruturas de «filtragem» (comparável ao *gatekeeping medial*) e um duplo *feed back*; em síntese, o modelo pode ser descrito no seguinte modo:

a) a hipótese inicial baseia-se no fato que, numa sociedade altamente diferenciada e complexa, se pode de qualquer maneira encontrar por um lado uma incerteza generalizada na procura social de «produção de si» através do que a Griswold define «objeto cultural», ou seja «um significado partilhado incorporado numa forma audível, visível ou tangível, ou que pode ser articulada» (Berger-Luckmann, 1969: 26). A esta vasta «procura» corresponde igualmente (por um continuum causa/efeito) uma vasta «oferta», quer dizer uma abundância (talvez mesmo um excesso) de produção sócio-cultural;

b) nem tudo o que é «produto» chega ao seu destino (ou seja «volta» para a sociedade no seu conjunto), visto que a produção é filtrada (escolhida, selecionada) por outros fatores processuais como as «organizações» de referência da área produtiva (organizações políticas, religiosas, artísticas, etc.) e os «mídia»; ambos os fatores selecionam o «material» não só através de lógicas e processos específicos, mas sobretudo através do critério do «código binário» (Luhmann, 2000) típico de cada sistema que inclui/exclui a realidade de acordo com as suas necessidades auto-referenciais;

c) o que «chega» ao público também é filtrado, escolhido às vezes através de critérios mais psicológicos como a «seletividade» ou a «dissonância cognitiva» (Cheli, 1996), às vezes mais sociológicos como «estilos de vida», «modas». Portanto o público, mesmo através da fruição/não fruição dos «objetos», responde em termos de *feed back* comunicativo, quer dizer indicando as próprias escolhas/preferências e, por conseguinte, orientando (mas não de maneira rigidamente causal) a produção/difusão dos outros sistemas.

#### 4. Uma hipótese de trabalho

Tentemos agora construir uma hipótese de trabalho relativamente a como os problemas sociais se tornam efetivamente tais ou talvez não muito, partindo como pressuposto da cultura, dimensão constitutiva da nossa experiência de vida, «que impõe significados a um universo que senão seria caótico e casual» (Griswold, 1997: 133); os sistemas culturais transformam eventos e coisas em objetos culturais com específicos significados para cada cultura e no âmbito de cada cultura, e isso explica como alguns



fenômenos do mundo social são considerados importantes, transformados em objetos culturais e finalmente em problemas sociais, enquanto outros permanecem no esquecimento. Mas se a cultura pode atrair a atenção acerca dos problemas sociais, pode ela também às vezes gerar o problema?

Começemos, antes de mais nada, considerando como os fatos que acontecem tornam-se em objetos culturais: a criação dum objeto cultural, é semelhante à criação dum fato, definível como a relação, criada pela interpretação, entre um fato e uma estrutura. Mas como podem os factos tornar-se objectos culturais identificados como problemas sociais?

Os problemas sociais, como já dissemos, são os produtos dum processo de definição coletiva. Este ponto de vista recusa a lógica segundo a qual os problemas sociais são objetivos e identificáveis automaticamente. Afirma que eles são produtos de sentimentos coletivos em vez de «espelhos» de condição objetiva da sociedade: de fato, há muitas situações na sociedade que poderiam ser percebidas como problemas sociais, mas não são definidas como tal, uma teoria que os considera como meros reflexos de condições objetivas não pode explicar porque algumas condições são definidas como problemas, controlando a maior parte da atenção da sociedade enquanto outras, igualmente significativas, não são assim.

Por que, por exemplo, a condição das populações autóctonas da América do Sul (que está a sofrer pela contínua destruição das culturas, do ambiente e das próprias populações) recebe menor atenção do que a condição dos animais usados nos laboratórios para a investigação científica?

Por que há condições e eventos no «Terceiro mundo» que alteram a vida de milhões de pessoas e que, aliás, no mundo ocidental se tornam objeto duma única e precipitada atenção sobretudo superficial por parte do público só durante as crises políticas?

E o escasso (ou muito flutuante) interesse pela morte de florestas, como se o ambiente no seu conjunto fosse um problema de «outros»?

A extensão dos danos nestes casos não pode, por si só, explicar essas diferenças, e não é suficiente dizer que a mesma destas situações se torne num problema social porque é «muito importante». Todos estes problemas são importantes ou no final podem ser vistos como tal. Por fim, é inútil reivindicar simplesmente esses mesmos problemas como muito mais comerciáveis do que outros.

Muitos autores, como Schneider e Blumer (in Hilgartner, Bosk, 1988) propuseram uma interessante analogia com os modelos de história natural para explicar as etapas da «carreira» dos problemas sociais. Utilizando assim a moldura da história natural, estas pesquisas desenvolveram estudos de caso que traçam a progressão do problema social através duma sequência de fases: início, fusão, institucionalização, fragmentação e fim. Mas, mesmo concordando que esses modelos são considerados para ser, de qualquer maneira, estimulantes, a idéia duma sucessão ordenada de etapas é limitativa: muitos problemas existem simultaneamente em diferentes etapas de desenvolvimento, e os modelos de progressão duma etapa para outra variam suficientemente para ter a pretensão que existe uma carreira típica; depois as interações entre problemas estão centradas pelo processo de definição coletiva (Hilgartner, Bosk, 1988: 54).



Hilgartner e Bosk ainda propõem um método diferente e identificam vias para o estudo sistemático dos fatores e das forças que dirigem a atenção do público para o mesmo e longe de outras condições objetivas. Os nossos Autores definem um problema social como uma condição putativa ou situação que é etiquetada como problema nas arenas do discurso público e da ação (Hilgartner, Bosk, 1988: 53-78), e isso através dum amplo âmbito de literatura sociológica geral e de literatura específica acerca do processo interpretativo nos mass media; utilizam portanto a teoria dos *network* organizativos, submetendo a influência e as inter-relações entre as instituições e os *network* sociais, às definições de problema enquadradas e apresentadas publicamente. Relacionam-se depois em particular à *agenda setting*, apontando que o *focus* original (o processo que organiza a agenda para as decisões nos fóruns oficiais) consiste em limitar as escolhas dos outros (o processo que estrutura o que diz respeito ao coletivo nas arenas públicas); finalmente, ligam este modelo a uma estrutura «ecológica», não para proporem relações determinísticas, mas para atingirem a totalidade do recurso que os atores sociais utilizam na construção das definições do problema. Tudo isso fornece a base para a profunda complexidade do processo de definição coletiva, que envolve os processos sócio-psicológicos, organizacionais, políticos e culturais com uma influência penetrante na ação social a vários níveis.

Este modelo complexo contém alguns elementos constitutivos como:

- a) o processo dinâmico de «competição» entre os membros duma ampla população que reivindica os problemas sociais;
- b) as arenas institucionais que servem como condicionamentos ambientais, onde os problemas sociais «competem» uns com os outros em termos de «atenção» e de desenvolvimento; os problemas potenciais não só são regidos pela sua natureza objetiva, mas também por um processo altamente seletivo em que «competem» para receber atenção pública por parte da sociedade: uma fração de problemas potenciais é apresentada publicamente por grupos ou indivíduos que os definem como problemas; as capacidades arrastadoras destas arenas, como limite do número de problemas que podem ganhar ao mesmo tempo a atenção generalizada;
- c) os princípios de seleção, ou os fatores institucionais, políticos e culturais que influenciam a probabilidade de sobrevivência das formulações «competitivas» do problema;
- d) os modelos de interação entre arenas diferentes;
- e) os *networks* das operabilidades que promovem e tentam controlar alguns problemas especiais e cujos canais de comunicação formam as diferentes arenas.

Como primeiro passo para compreender a natureza do processo de definição coletiva, é necessário notar que existe uma grande massa de potenciais problemas, ou seja situações e condições putativas que poderiam ser concebidas como tal e que esta massa é altamente estratificada. Uma fração muito pequena cresce no interior dos problemas sociais atingindo a «celebridade», ou seja os temas dominantes de dissertação política e social, enquanto um amplo número equivalente desenvolve no interior outras problemáticas, limitadas comunidades de profissionais, ativistas e interessantes grupos de trabalho mantêm vivos estes problemas à margem do debate público.





Dentro de cada área problemática maneras diferentes de encuadrar a situação podem «competir», para serem aceites como a versão autorizada da realidade, portanto uma grande recolha de problemas (da gravidez na adolescência à escassez de doação de órgãos) «compete» para a atenção pública, através dum complexo processo de seleção que define as prioridades acerca do que deveria ser considerado como «importante».

### Referências bibliográficas

- Archer M. (1997), *La morfogenesi della società*, FrancoAngeli, Milano.
- Bauman Z. (1999), *La società dell'incertezza*, il Mulino, Bologna.
- Bauman Z. (2002), *Modernità liquida*, Laterza, Roma-Bari.
- Beck U. (2000), *La società del rischio*, Carocci, Roma.
- Berger B. Kellner H. (1973), *The Homeless Mind*, Penguin, London.
- Berger P., Berger B. (1995), *Sociologia*, il Mulino, Bologna.
- Berger P., Luckmann T. (1969), *La realtà come costruzione sociale*, il Mulino, Bologna.
- Censis (1985) (cur.), *Dossier 'illecito'*, Quindicinale di note o commenti, 4.
- Cesareo V. (1988), *Sociologia. Concetti e tematiche*, Vita e Pensiero, Milano.
- Colombo E. (1999), *Rappresentazioni dell'Altro*, Guerini e Associati, Milano.
- Crespi F. (1985), *Le vie della sociologia*, il Mulino, Bologna.
- Crespi F. (1996), *Manuale di sociologia della cultura*, Laterza, Roma-Bari.
- Del Lago A. (1995), *I nostri riti quotidiani*, Costa e Nolan, Genova.
- Di Cristofaro Longo G. (1996), *Identità e cultura*, Studium, Roma.
- Eco U. (1964), *Apocalittici e integrati*, Bompiani, Milano.
- Geertz C. (1987), *Interpretazioni di cultura*, il Mulino, Bologna.
- Geertz C. (1991), *Anti-antirelativismo*, il Mondo 3, Roma.
- Griswold W. (1997), *Sociologia della cultura*, il Mulino, Bologna.
- Hilgartner S., Bosk C. (1988), *The Rise and Fall of Social Problems*, «American Journal of Sociology», 9.
- Kardiner A. (1965), *L'individuo e la sua società*, Bompiani, Milano.
- Kluckhohn C., Kroeber A. (1972), *Il concetto di cultura*, il Mulino, Bologna.
- Lemert E. (1968), *Social Problems*, in Sills D. (ed.), *International Encyclopedia of Social Sciences*, McMillan Press, New York.
- Luhmann N. (1990), *Sistemi sociali*, il Mulino, Bologna.
- Luhmann N. (2000), *La realtà dei media*, FrancoAngeli, Milano.
- Lytard M. (1987), *Il postmoderno spiegato ai bambini*, Milano, Feltrinelli.
- Marinelli A. (1993), *La costruzione del rischio*, FrancoAngeli, Milano.
- Matza D. (1976), *Come si diventa devianti*, il Mulino, Bologna.
- Melucci A. (2000), (cur.), *Parole chiave*, Carocci, Roma.
- Merton R. (2000), *Teoria e struttura sociale*, il Mulino, Bologna.
- Mongardini C. (1993), *La cultura del presente*, FrancoAngeli, Milano.
- Mongardini C. (1995), *La conoscenza sociologica*, Ecig, Genova.
- Moscovici S., Farr R. (1989) (cur.), *Rappresentazioni sociali*, il Mulino, Bologna.



- Parsons T. (1965), *Il sistema sociale*, Comunità, Milano.
- Pawlunch D. (1996), *Social Problems*, in Kuper A., Kuper J. (eds.), *The Social Science Encyclopedia*, Routledge, London.
- Saffirio L. (1967), *La definizione del problema sociale*, «Quaderni di Sociologia», 3.
- Sciolla L. (2002), *Sociologia dei processi culturali*, il Mulino, Bologna.
- Shilts R. (1987), *And the Band Played on*, New York, St. Martin's.
- Smelser N. (1968), *Il comportamento collettivo*, Vallecchi, Firenze.
- Taglioli R. (1990), *Problemi sociali, riproduzione, struttura*, FrancoAngeli, Milano.
- Tentori T. (1962), *Il pregiudizio sociale*, Studium, Roma.
- Tentori T. (1989), *Il rischio della certezza*, Studium, Roma.
- Turner V. (1993), *Antropologia della performance*, il Mulino, Bologna.
- Ungaro D. (2001), *Capire la società contemporanea*, Carocci, Roma.